

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**CULTURA, MONUMENTO E IDENTIDADE: A IGREJA
MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO EM
ANCHIETA – ES, COMO MARCO SIMBÓLICO DA IDENTIDADE ANCHIETENSE**

EMILIO PETRI SOUZA

Boletim Gaúcho de Geografia, v. 42, n.1: 158-172, jan., 2015.

Versão online disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/45641/32940>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jan., 2015.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

CULTURA, MONUMENTO E IDENTIDADE: A IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO EM ANCHIETA – ES, COMO MARCO SIMBÓLICO DA IDENTIDADE ANCHIETENSE

EMILIO PETRI SOUZA¹

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de desenvolver, uma análise da formação e afirmação da identidade anchietense, por meio de um monumento, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção. A partir de um debate teórico, os termos cultura, identidade e monumento, serão aprofundados e conceituados, visando fomentar um arcabouço teórico, que sistematize a discussão entre monumento e identidade.

Conceituados os termos, o debate se detém a análise do monumento já citado, e a influência que este desempenhou e desempenha até hoje, no processo de formação e afirmação da identidade do anchietense, ou seja, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção contribui como um marco simbólico da identidade do cidadão do Município de Anchieta.

Palavras-chave: Cultura; Identidade; Monumento; Anchieta; Igreja Matriz de N. S. da Assunção.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, tem a finalidade de desenvolver um estudo de caso, acerca da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, uma forma simbólica espacial localizada na cidade de Anchieta, no litoral sul do estado do Espírito Santo. Originária do século XVI, este monumento é rico em simbolismo e significados para os anchietenses, e de forma mais abrangente, para os brasileiros, já que a mesma foi edificada pelo Santo José de Anchieta, jesuíta famoso nas terras brasileiras pelo, legado de seu trabalho catequético com os indígenas.

Diante dos múltiplos significados que circundam a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, o presente trabalho busca desenvolver um debate, destacando a importância deste monumento para a formação da identidade anchietense. Como este templo católico auxiliou os colonizadores portugueses, a empreenderem a dominação do povo nativo, e a inserção de sua cultura dita civilizada, que sobrepôs à cultura nativa, desfazendo a identidade já existente, formando uma nova.

Na elaboração deste debate, levanta-se de início uma discussão entorno dos termos cultura, identidade e monumentos, após a formação desse arcabouço te-

1 Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: petriemilio@hotmail.com.

órico, a discussão se detém, a análise da forma simbólica em questão, e as problemáticas que a permeiam, buscando identificar a influência da mesma no processo de formação e afirmação identitária do anchietense.

CULTURA E IDENTIDADE

Nas últimas décadas, o debate acerca do termo cultura e identidade tem se dotado de uma singular importância, seja no discurso dos intelectuais nas universidades, ou em meio do senso comum. A discussão referente ao tema tem gerado um vasto arcabouço teórico, buscando esclarecer e sistematizar as nuances que permeiam o assunto, que nas palavras de Laraia (2009) “tem se demonstrado inesgotável”.

Tratando do termo cultura, em seu livro - Antropologia da Cidade: Lugares, Situações, Movimentos, o antropólogo francês Michel Agier (2011, p. 143) declara que este termo, “é vulgarizado, manipulado e serve de justificativa obscura para todas as diferenças inexplicáveis, desde as estratégias minoritárias até as exclusões sociais”. Agier (2011) chama atenção em seu discurso, para o incremento da prudência ao se debater o termo cultura, pois, sendo um termo polissêmico como afirma: Berdoulay (2012), Haesbaert e Bárbara (2009), o debate do mesmo pode cair numa banalização, fazendo com que, a palavra cultura perca suas significações.

Embora sendo, um termo polissêmico como afirma: Berdoulay (2012), Haesbaert e Bárbara (2009), a cultura segundo Berdoulay (2012, p. 101) “revela uma percepção da diversidade dos modos de vida, dos costumes, dos símbolos ou das práticas que os seres humanos utilizam nas diversas esferas de sua vida pessoal ou coletiva”. Mas, para bem compreender os sentidos que giram ao redor da palavra cultura, é preciso dirigir-se as suas origens, ou seja, “a reflexão sobre a noção de cultura e sobre sua origem nos remete imediatamente ao que hoje denominamos como a “cultura” da época e do lugar onde ela foi concebida.” (GOMES, 1999, p. 109).

De acordo com Gomes (1999), a palavra tem origem romana e provém do verbo latino *colere*, que designa: habitar, ocupar a terra, dessa forma, a mesma mantém uma ligação essencial com a terra, com o campo. A princípio, a palavra *cultus* denominava o campo plantado, ou seja, uma terra que era utilizada rotineiramente para o exercício da agricultura. Ainda segundo Gomes (1999), *cultus* também era utilizada para designar qualquer ato ou comportamento relativo às cerimônias religiosas ou fúnebres.

O sentido de cultura, como obra humana sobre a natureza, isto é, “produto material e técnico de uma sociedade sobre um terreno, foi aos poucos ganhando um sentido metafórico” (GOMES, 1999, p. 109-110). A cultura irá “referir-se a educação e polidez dos homens ‘cultos’ (HAESBAERT; BÁRBARA, 2009, p. 02) trazendo à palavra, a noção de saber como afirma GOMES (1999):

[...] a palavra passa a ter um sentido figurado de saber. Cultura traduz assim a condição de alguém que possui instrução, espírito cívico e público. Nesse caso a ideia de cultura se aproxima do mesmo ideal da *paideia* grega, conjunto de elementos formadores do comportamento e da consciência, princípios éticos e processo de educação do indivíduo, que regulam a vida social dos cidadãos. (GOMES, 1999, p. 110).

A partir do século XVIII, levanta-se um debate a cerca de cultura e civilização, surgindo duas posições a francesa e alemã que, segundo Gomes (1999), “se distinguem com clareza”. Para os autores franceses, o termo cultura passou a ser sinônimo de civilização, em que, a ideia de civilização era associada a progresso, desenvolvimento e evolução social, gerando a classificação das diversas sociedades como mais ou menos desenvolvidas. Já os autores alemães caracterizavam o caráter particularista das sociedades (GOMES, 1999; HAESBAERT; BÁRBARA, 2009), levantando um debate a cerca da concepção de *Zivilization* e o conceito de *Kultur* (GOMES, 1999).

De acordo com o pensamento dos autores alemães, não há possibilidade de definir um homem em geral, cada pessoa é fruto de uma cultura que a define e a conforma. Cultura deve, pois, sempre se escrever no plural e somente no sentido de um conjunto de culturas diversas poder-se-á definir uma humanidade. Cada cultura é uma forma particular encontrada pelo gênero humano para sobreviver em diferentes ambientes naturais (GOMES, 1999). Sendo assim, com base no debate empreendido entre os termos cultura e civilização, Laraia (2009) apresenta uma definição de cultura desenvolvida por Edward Tylor (1832-1917):

No final do século XVIII e no principio do seguinte, o termo germânico *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês *Culture*, que “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Com esta definição Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos. (LARAIA, 2009, p. 25).

Atualmente, segundo Haesbaert e Bárbara (2009, p. 02): “[...] cogita-se que o conceito de cultura seja uma invenção, um recurso analítico usado pelos antropólogos, tanto para interpretar as experiências de suas sociedades quanto às das ‘outras’”, observando a valorização do particular, do próprio, da identidade.

Diante do exposto referente ao termo cultura, o presente trabalho voltar-se-á para a discussão do conceito de identidade, pois, acredita-se que não há como negar a ligação destas duas estruturas, ou seja, cultura e identidade estão intimamente interligadas, revelando-se uma a outra. Toda cultura é dotada de uma identidade, assim como, a identidade é dotada de uma cultura.

Neste momento, levanta-se o seguinte questionamento: o que é identidade? Para Ferreira (2010), há um conjunto importante de definições acerca de identidade, sendo assim,

“o conceito de identidade pode ser analisado em diferentes campos disciplinares, aparecendo vinculado a três perspectivas básicas: no âmbito da filosofia, como princípio lógico; da psicologia, enquanto identidade individual ou pessoal, e na antropologia ou ciências sociais em geral, numa perspectiva relacional, frente à alteridade.” (HAESBAERT; BÁRBARA, 2009, p. 02-03).

Sobre esta ultima concepção, ater-se-á a presente discussão.

Seguindo a linha de pensamento de Haesbaert e Bárbara (2009, p. 03),

“as identidades, pelo viés antropológico, são construídas historicamente pelos sujeitos na relação e interação espaço-temporal com a alteridade, com o Outro. [...] O processo de constituição identitária de um grupo, portanto, é sempre de caráter relacional. Ocorre, por isso mesmo, a partir da relação entre os que de algum modo são classificados e re-conhecidos como semelhantes (mas não idênticos) e os ‘outros’.”

Desta forma, Haesbaert (2007) afirma que, o conceito de identidade aparece contrastado com ou em relação ao conceito de “diferença”, comungando de um mesmo pensamento Ferreira (2010), também concebe a ideia de que a identidade é afirmada pela diferença, ou seja, é ao diferenciar que se reconhece o outro.

Ortiz (1994) apoiado em Grimberg & Grimberg que apontam que, ‘um dos elementos importantes para a consolidação do sentimento de identidade é o jogo dialético entre a *semelhança* e a *diferença*’ (1971:136), entendidas aqui como semelhanças e diferenças de alguém consigo mesmo no curso do tempo, ou com outro no plano grupal e com os outros. Sendo assim, Haesbaert (2007) afirma que, com relação a identidade e diferença ocorre um cruzamento ainda mais íntimo, pois não há como ‘identificar-se’ algo sem que sua ‘diferenciação’ (em relação ao ‘outro’) seja construída, a ponto de ‘diferenciar-se’ e ‘identificar-se’ tornarem-se completamente indissociáveis – isto demonstra, de saída, o caráter permanentemente relacional da construção identitária, sempre produzida na relação como aquele que é estabelecido como o seu ‘outro’.

Segundo Ortiz (1994), e Oliveira (1976 apud HAESBAERT; BÁRBARA, 2009), o núcleo do conceito de identidade étnica, está no fato dela ser contrastiva, ou seja, por dar-se através do contato, das interações espaciais que um indivíduo ou grupo se identifica, passando a ver o outro de forma etnocêntrica. Desse modo, entra em cena as relações de poder simbólico, na construção de identidades sociais, étnicas, culturais, territoriais, entre outras. “uma representação do social ou um símbolo tem papel fundamental de legitimação à medida que passa a ser conhecida e reconhecida como verdadeira por aqueles que lhe estão sujeitos ou que a constroem.” (HAESBAERT; BÁRBARA, 2009, p. 04).

Dessa forma, segundo o mesmo autor:

“O que temos em jogo com o poder simbólico é a imposição de um modo de apreensão do mundo social, que configura a ‘naturalização’ de uma ordem social vigente. Podemos nos questionar a serviço de quem está o

poder. Quem são os excluídos pelo poder? O poder simbólico é uma forma transformada ou mascarada de outras formas de poder, notadamente o poder econômico e político; todavia, não se trata simplesmente de uma dominação estritamente consciente, maniqueísta ou intencional. Ele, frequentemente, é ignorado e apreendido como arbitrário por quem o exerce. (HAESBAERT; BÁRBARA, 2009, p. 04)”.

Diante do exposto, CASTELLS (1999 apud HAESBAERT; BÁRBARA, 2009), define identidade como sendo a fonte de significado e experiência de um povo, em que, o significado será o eixo principal, do qual, os sujeitos sociais iram estruturar sua identidade, de modo que, esta se auto-sustente no tempo e no espaço (HAESBAERT; BÁRBARA, 2009). Embora do ponto de vista sociológico/antropológico toda identidade seja uma construção abstrata, é importante que estejamos atentos às razões de sua existência. Atualmente parece viável afirmar que identidades não podem ser entendidas sem a sua correspondente dimensão político-estratégica e, em grande parte, também, territorial. O que existe, sempre, são “estratégias identitárias”, ou seja, a mobilização política das identidades culturais (HAESBAERT; BÁRBARA, 2009). Dessa forma, “[...] não podemos mais focar a identidade de um grupo de forma abstrata e nem tampouco vê-la dotada de uma essência imutável. Toda identidade deve ser contextualizada, o que significa ter um espaço e tempo de referencia, (HAESBAERT; BÁRBARA, 2009, p. 04)”.

Dirigindo-se para os contornos finais deste debate teórico, acerca do conceito de identidade, é relevante destacar duas concepções de identidades: as identidades híbridas e as identidades plurais. As identidades híbridas são, aquelas formadas por uma multiplicidades de culturas, ou seja, o indivíduo híbrido é aquele que provém do cruzamento de culturas diferentes, composto por elementos de origens diversas, um indivíduo mesclado (HAESBAERT; BÁRBARA, 2009). Já, as identidades plurais surgem a partir deste hibridismo, em que, os sujeitos se colocam a transitar por dois ou mais mundos ao mesmo tempo, estes, buscam manter conflituosamente as suas raízes, tradições que os ligam ao território de origem, e ao mesmo tempo são impelidos a manter novos diálogos em outros territórios e culturas diferentes que passam a fazer parte do seu cotidiano, reconstruindo sua identidade.

“A presente reflexão aponta para o fato de que as identidades mudam de acordo com o contexto espaço-temporal ou o modo como o sujeito é conhecido e reconhecido. Neste caso, adotamos mais a noção de processos de identificação do que de identidade enquanto um “estado” ou condição, dotada de estabilidade. Se em tempos de globalização, conforme defende Hall, não existe mais um único foco de identificação, uma “identidade mestra” capaz de polarizar os diversos interesses e demandas dos sujeitos, as identidades tornam-se plurais. Elas podem ser ganhas ou perdidas, posto que estão fragmentadas, interna e externamente aos sujeitos, em múltiplos pólos e estratégias de poder nem sempre conciliáveis entre si. (HAESBAERT; BÁRBARA, 2009, p. 05)”.

Tomando como marco de encerramento desta discussão referente ao conceito de identidade, é significativo conceituar o presente objeto, com as palavras de Costa (2005): Concebemos a identidade como um processo reflexivo construído por relações sociais. As identidades são construídas manipuladas constantemente a partir das relações sociais estabelecidas em diferentes grupos com que os indivíduos convivem em seu cotidiano. Neste sentido, elas não se apresentam como atributos rígidos e únicos no tempo e no conjunto de círculos relacionais dos quais as pessoas participam: ela nunca é uma, é múltipla (HAESBAERT, 1999).

MONUMENTO E IDENTIDADE

As diversas paisagens que são modeladas pelas diferentes culturas e suas identidades são dotadas de forte presença de símbolos matérias e imateriais, impregnando o espaço de signos e sentidos, que dotados de uma singular importância, podem compor a identidade cultural de um indivíduo em diversas espacialidades. O estudo destas formas simbólicas amplia o conhecimento da dimensão cultural do espaço, enriquecendo a sua contribuição para a compreensão da sociedade e de seu movimento (CORRÊA, 2007).

De acordo com Corrêa (2007, p. 05),

Os símbolos, expressos em formas simbólicas, constituem traços fundamentais do ser humano. “Todo comportamento humano é comportamento simbólico, todo comportamento simbólico é comportamento humano”, afirma White (1973, p. 335). Representações da realidade, constituem manifestações dotadas de um sentido aberto, instáveis, sujeitas a inúmeras e por vezes contrastantes interpretações. São, assim, polivocais (Hall, 1997), resultado do complexo processo de construção de significados apoiado na experiência e na imaginação de indivíduos e grupos sociais. [...] A polivocalidade acentua o caráter político das formas simbólicas, pois supõe celebração e contestação em torno de uma mesma forma simbólica.

A polivocalidade dos símbolos, apontada por Stuart Hall apresentada por Corrêa (2007), traz à tona o sentido político que está embutido nas formas simbólicas, em que esta, acentua o caráter político das formas simbólicas, pois supõe celebração e contestação em torno de uma mesma forma simbólica (CORRÊA, 2007).

A polivocalidade ainda de acordo com Corrêa (2007), representa as “diferentes interpretações” que caracterizam a instabilidade de significados, dos quais, os símbolos estão sujeitos. Para a análise e interpretação dos símbolos, Hall (1997 apud CORRÊA, 2007, p. 06) defende a existência de “três grandes correntes que definam a natureza da interpretação dos signos”, que são: Reflexiva, intencionalista, construtivista, esta última norteará as reflexões a serem desenvolvidas no título a seguir, pois, centra suas reflexões considerando “que os significados são construídos com base na experiência dos diversos grupos sociais, [...] de acordo com a corrente construtivista as formas simbólicas são marcadas pela instabilidade de significados, pela polivocalidade (CORRÊA, 2007, p. 06)”.

Corrêa (2007, p. 06), afirma ainda que:

“As relações entre formas simbólicas espaciais e política são também dotadas de nítida temporalidade. Refletem a natureza e a intensidade das transformações econômicas, políticas e sociais de cada período da História, mas também o sentido que os diversos tipos de representação material tem para a sociedade nos diversos períodos”.

Sendo assim,

“As formas simbólicas não são, ressalte-se, apenas instrumentos de conhecimento e comunicação, mas também atuam controlando significados (Rowntree e Conley, 1980), legitimado a estrutura social e de poder a ela associado. Constituem, assim, em poder simbólico (Bourdieu, 1989), poder a ser contestado, na contra-mão das intenções daqueles que as conceberam. Celebração e contestação podem, assim, estar associada a uma mesma forma simbólica, provocando uma tensão de significados. As intenções e tensões conferem às formas simbólicas o seu sentido político, atribuindo-lhes o caráter de texto político (Duncan, 1990). (CORRÊA, 2007, p. 06-07)”.

Desta forma, as formas simbólicas podem ser objetos de política, expressando muito mais do que intenções, ou seja, estabelece contradições e conflitos de interesses de uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais.

“Estátuas, templos e memoriais, entre outras formas simbólicas, integram o meio ambiente construído, compondo a paisagem de determinados espaços públicos da cidade e, com menor ocorrência, a paisagem agrária (CORRÊA, 2007, p. 04)”. Estas formas simbólicas são denominadas de monumentos, estes são caracterizados como formas simbólicas grandiosas como estátuas, obeliscos, colunas e templos. Representações materiais de eventos passados, integram o meio ambiente construído, compondo de modo marcante a paisagem de determinados espaços públicos da cidade (CORRÊA, 2005).

Os monumentos, impregnam a paisagem de símbolos, dotando a mesma de significados variados, que podem exprimir afirmação ou contestação por parte dos sujeitos. Desta forma, os monumentos não são representações materiais estáticas, mas sim, são dotados de um sentido político capaz de reunir sobre a forma complexos significados, esta complexidade de significados, faz com que os monumentos sejam vistos como textos que comunicam mensagens de forma simbólica, estas mensagens, de acordo com o mesmo autor, são associadas a temas como poder, identidade e conflitos gerados por ambos (CORRÊA, 2005, p. 14).

Na interpretação das formas simbólicas espaciais, entendidas como um texto social, é possível considerá-las segundo quatro aspectos apontados pelo lingüista Alton Becker, comentado por Geertz (2004). Os quatro aspectos, designados por Becker de conexões semióticas, são os seguintes:

i – coerência, ou relação entre as partes do texto;

ii – intertextualidade, ou a “relação do texto com outros culturalmente ou

historicamente semelhantes” (p. 52);

iii – intenção, ou a relação com aqueles que de algum modo o construiu, e
iv – referência, ou “sua relação com realidades consideradas externas ao texto (p. 53).

Coerência, intertextualidade, intenção e referência são aspectos que, se não cobrem todas as possibilidades da análise interpretativa de uma forma simbólica espacial, no entanto, constituem aspectos úteis para esse propósito.

As formas simbólicas espaciais, dotadas de sentido polivocal sob a óptica construtivista, marcam não somente a paisagem, como também, a cultura de um povo, (re) afirmando, ou contestando preceitos e tradições, os monumentos desempenham um papel de suma importância no processo de formação de identidades, como será observado na análise empreendida sobre a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, atual Santuário Nacional do Santo José de Anchieta, localizada na cidade de Anchieta, no litoral sul do Estado do Espírito Santo.

A IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO E A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE ANCHIETENSE

A análise a ser desenvolvida sobre a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, Anchieta – ES, enfatiza a dimensão política contida nesta forma simbólica espacial, não enfatizando desta forma, os aspectos estéticos deste monumento, ou seja, esta não será analisada com descrições detalhadas nem com interpretações de suas formas simbólicas como obras de arte.

O Município de Anchieta, onde localiza-se o monumento em questão, localiza-se na porção sul do litoral do estado do Espírito Santo, integrando-se a Microrregião Litoral Sul, é detentor de uma unidade territorial de 409, 226 km² e sua população é estimada pelo censo de 2010 em 23. 658 habitantes gerando uma densidade demográfica de 58, 41 hab/ km². O município limita-se a sul e oeste respectivamente com municípios que compõe a Microrregião Litoral Sul, são eles: Piúma e Iconha a sul; Alfredo Chaves a oeste, já a norte limita-se com Guarapari, e a leste com Oceano Atlântico.

O estudo da forma simbólica (monumento) em questão irá ater-se, aos temas: identidade, poder, conflito e memória e sua relação com a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, desenvolvendo assim um debate acerca da importância desta forma simbólica para a formação e afirmação da identidade do anchietaense, ao longo do processo de construção historiográfica do Município de Anchieta. Pois, “as formas simbólicas espaciais, fixas e de longa duração, contêm a intenção de articular, no momento de sua concepção, o passado ou o futuro, estabelecendo a continuidade de um tempo social.” (CORRÊA, 2007, p. 15).

Figura 1 – Mapa Administrativo do Município de Anchieta/ ES.



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 2012.

Este estudo não tem a finalidade de se colocar como único, forjando uma interpretação ou visão hegemônica sobre esta forma simbólica, mas, diante da multiplicidade de enunciados e diversas visões, busca enriquecer juntamente com outras pesquisas a compreensão da dimensão política que, está embutida na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção. Já que, segundo Corrêa (2007), a construção dessas formas simbólicas não está livre de contextos políticos variáveis, assim como os sentidos atribuídos a elas.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, também conhecida como Santuário Nacional do Santo José de Anchieta, devido o seu tombamento como Patrimônio Histórico Nacional em 1943, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), está localizado atualmente no Bairro João XXIII, no centro da cidade de Anchieta. De acordo com o banco de dados do IPHAN, a igreja original, construída em 1579, é uma construção feita em pedra e cal, de fachada simples, a qual é a única restante do conjunto original, mesmo assim, já alterada nas janelas. O frontão toma toda a parte superior da fachada, enquanto o coro possui uma pequena janela de formato circular. A igreja situa-se entre a sineira (na verdade uma torre quadrangular, com quatro sineiros), e a residência (colégio). Esta última sofreu mudanças nas suas divisões internas durante o século XIX. O colégio só guarda de primitivo a fachada, modificada também por janelas modernas. Seus compartimentos foram modificados, com o decorrer do tempo, para a ocupação de órgãos administrativos (Câmara Municipal; Tribunal de Justiça).

Figura 2 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, Anchieta/ ES – Final do séc. XIX.



Fonte: Acervo do Centro Cultural – Anchieta, ES.

A construção desta igreja pelos jesuítas no século XVI, está dotada de um sentido político, além do religioso. Sendo construída nos primórdios da cidade de Anchieta, quando esta era ainda uma aldeia de índios Tupiniquins (MATTOS, 2009) denominada de Reritiba, que, em língua Tupi, significa lugar de muitas ostras (NEVES et al, 1995), segundo “Serafim Leite, em História da Companhia de Jesus no Brasil, afirma que, em Iiritiba, já havia um aldeamento anterior ao Padre Anchieta” (MATTOS, 2009, p. 08), e um aldeamento dotado de grande importância na costa, pois contava com um elevado número de indígenas, que de acordo com Saint-Adolphe “Reritigbá, ou Assumpção de Reritigbá, chegou a ter 6.000 índios aldeados (MATTOS, 2009, p. 11)”.

A edificação da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, marca juntamente com a catequese que os padres jesuítas empreendiam aos índios, o início do processo de conquista do território, que “teve sua trajetória marcada pela navegação e colonização portuguesa, e pela propagação do Catolicismo” (MATTOS, 2009, p. 06). Desta forma, os padres jesuítas, a construíram em um lugar estratégico da aldeia, do qual, pode-se dizer que o sítio escolhido para a construção da mesma, traz uma concepção simbólica de soberania da igreja, pois a Igreja, está localizada no topo de uma colina, desfrutando de uma visão privilegiada da aldeia, como de toda a região ao redor da mesma. Uma construção imponente, que dava aos padres o direito de acompanhar tudo o que se passava na aldeia, facilitando o controle e a difusão da cultura portuguesa (européia/ ocidental), moldando o indígena sobre uma identidade europeizada, tida por eles como civilizada. “Assim, pode-se dizer que a Aldeia de Iiritiba, como aldeamento aos moldes do colonizador português, [...] surgiu como parte fundamental de uma estratégia de posse, garantindo o controle e soberania do colonizador português” (MATTOS, 2009, p. 09).

Em nome da Religiosidade e Humanidade, iniciou-se na América Portuguesa a implantação de um Grande Projeto de Desenvolvimento político-econômico. Um desenvolvimento predatório que apenas enriquecia a coroa portuguesa, a alguns membros da sua nobreza e a certos burgueses a ela ligados. Conforme Machado, “ao trazerem para o Novo Mundo as projeções claras do mundo europeu, em especial a forte e marcante religiosidade nos moldes de um catolicismo que, embora híbrido, se pretendia absoluto foi valorizado e posto em prática um projeto no qual a expansão da fé e a colonização caminhariam juntas. A lógica da salvação através da cristianização estava clara e consolidada para os portugueses e, com tais pressupostos justificaram sua política sobre os povos que pretendiam “conquistar” (MATTOS, 2009, p. 07).

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção juntamente com a residência dos padres, consolidou na Aldeia de Reritiba o trabalho catequético dos jesuítas, afirmando assim, a identidade religiosa católica e o caráter político do processo de colonização, despidendo desta forma, o indígena de suas tradições, de sua identidade, fazendo com que este, por meio das relações de poder que foram empreendidas pelo colonizador, re-significa-se a sua identidade sobre os padrões

européus, tornando-se assim “civilizados”. Todas estas re-significações, estão mergulhadas em relações de poder e, desse modo, sujeitos aos mais diversos jogos, ora mais impositivos, ora mais abertos, que este poder implica dentro de uma sociedade profundamente desigual e marcada por múltiplos processos de dominação (HAESBAERT, 2007).

Desde sua edificação, esta igreja tem um papel fundamental no processo de significação e re-significação da identidade do povo anchietense, perpassando por séculos, sendo a sede da fé católica do município, ao longo da história acolheu também em sua infraestrutura funções públicas importantes nas áreas da justiça e do poder legislativo e executivo, mostrando sua importância e imponência para época.

Atualmente a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, marca a identidade do anchietense, como sendo símbolo de um passado glorioso, iniciado com a saga de religiosos corajosos e de extrema fé, como o Santo José de Anchieta, a igreja é o símbolo material deixado pelo Santo, que torna o município de Anchieta conhecido pelo mundo todo, fazendo com que, o anchietense respeite este símbolo deixando que o mesmo marque sua identidade, tendo sentimento de pertencimento pelo mesmo, o cidadão de Anchieta se orgulha em ser da terra em que viveu o Apóstolo do Brasil, e o meio pelo qual ele reafirma sua identidade e a transmite para as futuras gerações, é desenvolvendo este sentimento de pertencimento pela Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção ou Santuário Nacional do Santo José de Anchieta.

Dotada de singular importância para o Município de Anchieta, a Igreja Matriz que se perpetua por séculos, guarda ainda suas funções de garantir a identidade religiosa do catolicismo e da política, já que, a imagem da mesma está estampada no Brasão de Armas do município, bem como, em inúmeras outras logomarcas usadas pela prefeitura. Estando localizada no centro da cidade, como já citado anteriormente, ela se liga a cidade por cinco vias distintas, como se a vida da cidade estivesse ligada diretamente a ela, já que a mesma se conecta com os diversos bairros que formam a cidade de Anchieta. Desta forma, este monumento faz a ligação do presente com o passado, do presente com o futuro, moldando assim, no decorrer do tempo a identidade do anchietense.

Figura 3 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, Anchieta/ ES – 2012.



Fonte: Prefeitura Municipal de Anchieta - www.anchieta.es.gov.br

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura, como pode ser visto, é compreendida por diversos estudiosos como um termo polissêmico, centrada na diversidade dos modos de vida, dos costumes, dos símbolos ou das práticas que os seres humanos utilizam nas diversas esferas de sua vida pessoal ou coletiva (BERDOULAY, 2012), a cultura está intimamente ligada à identidade, que no pensamento de CASTELLS (1999 apud HAESBAERT; BÁRBARA, 2009, p. 04), é definida “como sendo a fonte de significado e experiência de um povo”.

A identidade é formada por um conjunto de significados, que estão presentes nas diversas culturas, estes significados se manifestam nos símbolos, sejam materiais ou imateriais, neste trabalho o foco do debate centrou-se nos símbolos espaciais materiais, ou seja, nos monumentos. Em que pode-se observar, a influência da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção no processo de formação e afirmação da identidade do anchietense, este monumento dotado de significados religiosos e políticos, é símbolo de afirmação, representando a origem da cidade de Anchieta, bem como, o êxito de um processo colonizador, que transformou a aldeia de índios Tupiniquins numa cidade próspera.

A presença deste monumento, e de sua imponente simbólica na cidade de Anchieta, faz a ligação, como já referido, do presente com o passado e do presente com o futuro, não deixando o anchietense esquecer que a sua identidade, está fortemente marcada por traços da cultura européia. Que através da comunicação tem se perpetuado por gerações, pois, graças a mesma “a cultura é transferida de um indivíduo a outro, de uma geração a outra.” (SERPA, 2008, p. 26), e assim a identidade é gerada, “através da interiorização das práticas, dos conhecimentos e dos valores que ele recebe, o indivíduo torna-se uma pessoa, com uma identidade pessoal e social. Graças à cultura, o homem torna-se um ser social.” (SERPA, 2008, p. 26).

CULTURE, MONUMENT AND IDENTITY: THE CHURCH OF OUR LADY OF THE ASSUMPTION IN ANCHIETA - ES, AS A SYMBOLIC LANDMARK ANCHIETENSE IDENTITY.

ABSTRACT

This paper aims to develop an analysis of the formation and affirmation of identity anchietense through a monument, the Church of Our Lady of the Assumption. From a theoretical debate, the terms culture, identity and monuments, will be deepened and conceptualized, in order to promote a theoretical framework that systematizes the discussion between monument and identity.

Respected the terms of the debate stops to analyze the monument already mentioned, and the influence that this has played and plays even today , in the formation and affirmation of identity anchietense process, as the Church of Our Lady of the Assumption contributes as a symbolic landmark of the identity of the citizen of the municipality of Anchieta.

Keywords : Culture; Identity; Monument; Anchieta; Church of the Assumption N. S.

CULTURA, MONUMENTO E IDENTIDAD: LA IGLESIA DE NUESTRA SEÑORA DE LA ASUNCIÓN EN ANCHIETA - ES, COMO UNA IDENTIDAD ANCHIETENSE HITO SIMBÓLICO.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo desarrollar un análisis de la formación y afirmación de la identidad a través de anchietense un monumento, la Iglesia de Nuestra Señora de la Asunción. Desde un debate teórico, los términos cultura, la identidad y los monumentos, se profundizarán y conceptualizados, con el fin de promover un marco teórico que sistematiza la discusión entre el monumento y la identidad. El respetado los términos del debate se detiene a analizar el monumento ya se ha mencionado, y la influencia que ésta ha desempeñado y desempeña aún hoy en día, en la formación y afirmación de proceso anchietense identidad, es decir, como la Iglesia de Nuestra Señora de la Asunción contribuye como un hito simbólico de la identidad del ciudadano del municipio de Anchieta.

Palabras clave: Cultura; Identidad; Monument; Anchieta; Iglesia de la Asunción N. S.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: Lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro nome, 2011.

BERDOULAY, Vincent. Espaço e Cultura. In: CASTRO, I. (Org.) ; GOMES, P. C. C. (Org.) ; CORREIA, R. L. (Org.) . **Olhares geográficos**. Modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. v. 1. 192p .

CORRÊA, R. L. Monumentos, política e espaço. Geo Crítica/Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de febrero de 2005, vol. IX, núm. 183.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Formas Simbólicas e Espaço: Algumas Considerações**. GEOgraphia, 9 (17), 2007.

COSTA, B. P. . As relações entre os conceitos de território, identidade e cultura no espaço urbano: por uma abordagem microgeográfica.. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

FERREIRA, Jarbas Antônio. **Imigração: Identidade, cultura e globalização**. Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais: Brasília, 2010.

GOMES, P. C. C. . Cultura ou civilização: a renovação de um importante debate. In: Rosendahl, Zeny; Corrêa, Roberto Lobato. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p. 99 - 121.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais: Entre a Multiterritorialidade e a Reclusão Territorial (ou: do Hibridismo Cultural à Essencialização das Identidades). In: ARAUJO, F.G.B de; HAESBAERT, R. (Orgs.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acess, 2007.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito Antropológico**. 24 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2009.

MATTOS, Sônia M. A Aldeia de Iiritiba: Atual Cidade de Anchieta no Espírito Santo. **Habitus**, Goiânia, v. 7, n. 1/ 2, p. 5-44, jan./ dez. 2009.

NEVES, Luiz G.(Org.). **História, geografia e organização social e política do Município de Anchieta**. Brasília Editora LTDA: Vitória, 1995.

ORTIZ, Renato . **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTA, M. B.; HAESBAERT, R.. Identidade e Migração em Àreas Transfronteiriças. **GEOgraphia**, América do Norte, 3, set. 2009.

SERPA, Angelo. **Espaços culturais: Vivências, imaginações e representações**. EDUFBA: Salvador, 2008.